

HABEAS CORPUS Nº 543.970 - PA (2019/0332738-2)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : HILARIO CARVALHO MONTEIRO JUNIOR
ADVOGADO : HILÁRIO CARVALHO MONTEIRO JUNIOR - PA004684
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : THIAGO DE CASTRO PENA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de THIAGO DE CASTRO PENA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Pará.

Segundo consta nos autos, o paciente foi condenado, em 1º/10/2015, à pena de 13 anos e 4 meses de reclusão, em regime fechado, pela prática de roubo majorado.

O recurso de apelação defensivo, distribuído em 10/1/2017, pende de apreciação.

A defesa sustenta excesso de prazo no julgamento do seu recurso, razão pela qual requer, inclusive liminarmente, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

A liminar foi indeferida e as informações prestadas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem com recomendação de celeridade.

Na origem, apelação n. 20170001318241, os autos foram conclusos ao Desembargador Relator em 23/5/2019, consoante informações disponíveis no *site* do Tribunal *a quo*, em pesquisa realizada em 27/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Segundo informações prestadas pela autoridade apontada como coatora:

Constam recursos de apelações criminais interpostas tanto pelos réus quanto pelo assistente de acusação, nas quais figura o paciente, na condição de apelante e apelado, em tramite neste Egrégio Tribunal, distribuído a esta relatora, tendo sido condenado pela prática do crime do artigo 157, § 3º c/c o artigo 70 c/c artigo 29, § 1º do CPB e artigo 1º, inciso II, da Lei nº 8.072/90, a pena de 13 (treze) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 29 (vinte e nove) dias-multa, em regime fechado.

Os autos foram redistribuídos a esta relatora e encaminhado à Procuradoria de Justiça para emissão de parecer, a qual manifestou-se pelo conhecimento e parcial provimento do recurso interposto pelo paciente, apenas para conceder-lhe justiça gratuita e pelo provimento do recurso interposto pelo

assistente de acusação, para que os demais denunciados sejam condenados pelo crime de latrocínio. **Os referidos recursos chegaram conclusos em definitivo neste gabinete aptos para julgamento em 23/05/2019.**

Trata-se de processo penal complexo, com pluralidade de réus e recursos, com 04 volumes e 07 apensos.

Insta salientar que, conforme cronograma de trabalho deste gabinete, após finalização dos processos relacionados da Meta 2 e 4 do CNJ, estamos concluindo os processos dos anos anteriores, como é o caso dos autos, os quais estão sendo relatados para serem encaminhados à revisão, com previsão de ser julgamento no máximo até o próximo mês de fevereiro, tendo em vista gozo de folga de plantão desta desembargadora na primeira quinzena de dezembro, seguida de recesso forense.

Outrossim, quando ao envio de senha para consulta do processo, ressalta-se que os autos poderão ser consultados livremente no sítio eletrônico deste Egrégio Tribunal, na parte consulta de processo.

Com relação aos prazos consignados na lei processual, deve-se atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal.

Sabe-se que o prazo para a conclusão de julgamento de apelação não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, sendo imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais.

Como relatado, o paciente foi condenado, em 1º/10/2015, à pena de 13 anos e 4 meses de reclusão, em regime fechado, pela prática de roubo majorado. O recurso de apelação defensivo foi distribuído em 10/1/2017 e os autos conclusos, aptos para julgamento, em 23/5/2019.

Atualmente, conforme relatado alhures, o feito está sendo relatado para ser encaminhado à *revisão com previsão de julgamento no máximo até o próximo mês de fevereiro*.

Logo, contando o recurso de apelação com quatro apelantes, levando-se em consideração a pena em concreto aplicada – 13 anos e 4 meses de reclusão –, não se revela desproporcional a demora em seu julgamento nesse momento, não havendo falar-se em constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Com efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro NEFI CORDEIRO
Relator